

## Ata nº 83 / XIII / 2.ª SL

Aos dez dias do mês de maio de 2017, pelas onze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

### Ordem do Dia (OD):

#### 1. Informações Gerais

#### 2. Apreciação e votação do Relatório sobre as iniciativas:

- Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à utilização do Sistema de Informação de Schengen para efeitos de regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular COM(2016) 881
- Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen (SIS) no domínio dos controlos das fronteiras e que altera o Regulamento (UE) n.º 515/2014 e revoga o Regulamento (CE) n.º 1987/2006 COM(2016) 882
- Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen (SIS) no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal, que altera o Regulamento (UE) n.º 515/2014 e revoga o Regulamento (CE) n.º 1986/2006, a Decisão 2007/533/JAI do Conselho e a Decisão 2010/261/UE da Comissão COM(2016) 883

Deputada Autora dos Relatórios - Isabel Santos - PS

#### 3. Audição à Senhora Embaixadora do Estado de Israel em Lisboa, Tsipora Rimon

#### 4. Outros Assuntos

---

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Vice-presidente da Comissão, Deputado Carlos Alberto Gonçalves**, que dirigiu a reunião, deu as boas-vindas aos membros da Comissão e prestou, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, as seguintes informações gerais:

- O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros está disponível para a audição por requerimento do CDS-PP para os seguintes dias:
  - 17 de maio, de manhã (até às 11h);
  - 17 de maio, após plenário;
  - 23 de maio, de manhã (até às 11h);
  - 23 de maio, após debate quinzenal;
  - 24 de maio, de manhã (até às 11h);
  - 1 de junho, após plenário;
  - 9 de junho, à tarde;
  - 16 de junho, à tarde.

Intervieram os Senhores **Deputados**:

**Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, frisando a maior urgência no agendamento, preferencialmente, para dia 17, pelas 9 horas;

**José Cesário (PSD)** para partilhar a opinião do CDS, havendo disponibilidade para que as audições do Ministro e do Embaixador de Portugal em Caracas fossem feitas no mesmo dia.

**Paulo Pisco (PS)** para concordar com a data de 17 de maio, pela manhã, embora nada tenha a opor que a mesma tenha lugar no mesmo dia mas no final do Plenário;

**Pedro Filipe Soares (BE)**, para concordar com as posições anteriores.

Tomou a palavra o Senhor Presidente para fixar a data de 17 de maio, pelas 9 horas, para a audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, seguida da audição do Embaixador de Portugal em Caracas, pelo meio-dia.

- O Senhor Embaixador de Portugal em Varsóvia está disponível para vir a uma audição na nossa Comissão, na semana de 21 a 26 maio, sendo que, nos dias 25 e 26 de maio decorrem jornadas parlamentares do PS.  
Foi deliberado receber o Senhor Embaixador no dia 23, pelas 11 horas.

- Baixaram ontem à CNECP (foram comunicadas aos Senhores Deputados Coordenadores), ao final da tarde, as seguintes Propostas de Resolução:
  - Proposta de Resolução n.º 49/XIII/2ª - Aprova o Acordo Económico e Comercial Global entre o Canadá, por um lado e a União Europeia e os seus Estados-membros, por outro, assinado em Bruxelas, em 30 de outubro de 2016; Deputado Autor do Parecer: PS
  - Proposta de Resolução n.º 50/XIII/2ª - Aprova o Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os Estados-Membros, por um lado, e o Canadá, por outro, assinado em 30 de outubro de 2016. Deputado Autor do Parecer: PCP

## Ponto 2.

Neste Ponto da OD, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)**, para apresentação \_ conjunta, segundo requereu \_ das três iniciativas, pelo que, não tendo sido deduzida qualquer objeção ao solicitado, começou a Autora por salientar a superior relevância que significou a criação do Espaço Schengen no processo de construção europeia. Lembrou que Portugal deu um importantíssimo contributo técnico na criação do “Schengen II”, existindo, contudo, questões ao nível dos direitos fundamentais que carecem de cuidadosa abordagem, designadamente, no que tange à aplicação e gestão de dados pessoais, tanto biométricos como biológicos (ADN). Frisou a importância da gestão de fronteiras, tanto quanto a necessidade de assegurar escrutínio e monitorização constantes à sua aplicação no terreno, prevenindo eventuais abusos. Tal como se mostra muito relevante que os cidadãos com dados inseridos no sistema possam livremente aceder-lhes para atualização e regularização. Toadas as demais matérias devem ser aforadas no capítulo técnico.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** tendo felicitado o trabalho efetuado pela Autora. Afirmou que o PSD partilha das opiniões manifestadas, tendo realçado a essencialidade da liberdade de circulação adentro do espaço europeu, o que pressupõe a aplicação de medidas de controlo na identificação dos seus cidadãos.

Submetida à votação os Relatórios foram aprovados por unanimidade dos Deputados presentes.

## Ponto 3.

Nesta parte dos trabalhos, foi recebida em Comissão, já sob a presidência do Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto, a Embaixadora do Estado de Israel em Lisboa, Senhora Tsipora Rimon, para uma audiência que, firmou o senhor Presidente, correspondia a uma vontade recíproca, para mais, à beira da hora em que a Senhora Embaixadora se despede de Portugal nas suas funções. Após ter explicado a metodologia adotada, concedeu a palavra à convidada para a sua alocução inicial.

A Senhora **Embaixadora** agradeceu a oportunidade e o desejo de poder comparecer nesta audiência, perante tão importante órgão parlamentar. Realçou a vontade de Israel em pugnar pela paz na região geográfica onde se insere, tendo frisado que o seu estado sempre adotou uma postura defensiva e reativa, em face de agressões externas. E aludiu à recente visita de uma delegação parlamentar desta Comissão a um evento em Israel dedicado ao tema da diáspora, valor que ambos os países igualmente partilham. Relembrou que em praticamente todos os países onde existe forte comunidade israelita, existe uma casa de Israel, promovendo contactos e ligações com as novas gerações e preservando a língua e a cultura hebraica. Defendeu que a economia acaba por misturar todas estas vertentes. Historicamente, a presença judaica em Portugal possui mais de 500 anos de existência, pese embora a representação diplomática apenas tenha sido estabelecida em 1976. Existe muita e boa investigação acerca do património cultural judaico em Portugal, prosseguido por diversas universidades, sendo que no ano passado se registou a visita de mais de 100 mil turistas oriundo de diversos pontos da diáspora judaica. Passados 100 anos sobre a Declaração de Balfour que instituiu o Estado de Israel, este apresenta-se hoje como a síntese de um povo e de uma identidade nacional erguida em torno de uma herança religiosa. Os temas de maior relevância hoje parecem ser a água, os colonatos e os refugiados, tudo pontos relativamente aos quais Israel está aberto a conversar e negociar soluções, evitando uma possível escalada até um ponto de não-retorno. Tendo sido possível negociar com o Egipto e a Jordânia, não entende porque é que não é possível negociar com a Palestina. Realçou o caso egípcio, por ser conhecida a presença do daesh e da al-qaida na península do Sinai. Não vê, com referiu, vontade política das autoridades palestinianas para negociar, optando por denunciar Israel em fóruns internacionais onde participa, mesmo no desporto. E continua a pagar às famílias dos bombistas suicidas, bem como a grevistas da fome. Acerca da questão síria, referiu ter sido opção de Israel não intervir, para já. Porém, não poderá ficar inerte por muito mais tempo quando o Irão possui ainda problemas internos por resolver, designadamente o financiamento do Hezbollah, entretanto, colocado em hibernação. Anunciou que o Presidente Trump vai estar em Israel a 22 do corrente mês a 23 avistar-se-á com as autoridades palestinianas, esperando a materialização prática das “boas palavras” de Mahmoud Abbas.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** que começou por saudar a presença da Senhora Embaixadora. Salientou que o PSD sempre foi aberto e sereno na relação que faz questão de manter com Israel. Prestou solidariedade ao povo judaico no momento em que se assinalou a assinatura do armistício que pôs fim à 2.ª Guerra Mundial e do que ela, infelizmente, significou para o povo judaico. De seguida questionou sobre áreas de colaboração a estabelecer ou melhorar, bem como sobre os esforços promovidos por Israel para a estabilização da região onde se insere, atenta a “diplomacia da paz” que privilegia.

Respondeu a Senhora **Embaixadora** estar perfeitamente ciente da amizade de Portugal, tendo lembrado a dívida de Israel para com Aristides de Sousa Mendes. Na sequência da recente *Websummit*, Portugal e Israel aprofundaram bilateralmente a cooperação tecnológica no âmbito da COTEC, tendo levado a efeito, em Israel, uma iniciativa de partilha de experiências e projetos, existindo projetos comuns em curso. Realçou a cibersegurança como área específica de cooperação. Referiu que, apesar do clima tenso na região, os contactos com os oponentes de Israel nunca foram interrompidos, embora a desconfiança do mundo islâmico face a Israel seja muito superior à inversa.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que começou por saudar a presença da Senhora Embaixadora na Comissão e a troca de impressões que a mesma viabiliza. Realçou a necessidade de dar resolução definitiva ao conflito israelo-palestiniano que dura há mais de 50 anos. De seguida e com base em quadros comparativos que exibiu, pretendeu demonstrar a evolução histórica do processo de ocupação por Israel de territórios tradicionalmente palestinianos, tendo concluído que o Estado palestiniano possui agora 10% do território que detinha em 1946. Abordou a questão da Cisjordânia e do êxodo populacional. Perguntou: qual a efetiva viabilidade de uma solução de “dois Estados”, e se a convidada não consideraria a paz neste caso como uma vitória a bem da Humanidade; como é possível construir um Estado sem território e sem economia; como pode prevalecer a paz perante tanto ódio recíproco; e se era verdade terem sido 1200 crianças palestinianas presas e torturadas em 2016. Terminou, pedindo a melhor compreensão da convidada para a dureza das questões colocadas, pois a sua consciência e a posição de Deputado assim o exigiam.

Respondeu a Senhora **Embaixadora** que, após 1947, existiu verdadeiramente uma partilha de território e não ocupação ou conquista. Logo a seguir, ocorreu a guerra da independência que foi imposta a Israel pelo mundo árabe, facticidade que veio a repetir-se com a guerra dos seis dias. O aumento do território foi uma consequência direta da guerra ganha por Israel, que se defendeu de ameaças externas, de cuja conclusão não poderia nunca ter resultado a pura e simples devolução de territórios. Já em 1967 havia sido proposta a troca de territórios na linha de fronteira com Gaza e o Sinai. Não tendo sido possível, Israel optou por colocar populações junto à fronteira de forma a garantir a sua defesa e desencorajar futuras ações agressivas. No seu entendimento, o problema não reside no território, antes, na legitimidade de base existencial que a Palestina não reconhece a Israel, tendo lembrado que por diversas ocasiões fora a parte palestiniana a recuar na assinatura de tratados de paz negociados. Não é possível, como pretende a Palestina, criar um Estado palestino abrangendo cidades como Haifa e Jaffa que são israelitas. Israel defende que a Palestina, à luz do direito internacional, deve criar um novo e verdadeiro Estado que possa receber a sua Diáspora. Mas deve existir manifestação credível e inequívoca de tal pretensão. Israel é hoje autossuficiente em água, fruto de centrais de dessalinização, e fornece diariamente água e apoio humanitário a Gaza. O problema reside no facto de a Autoridade Palestiniana estar politicamente subordinada ao Hamas. Lembrou que Israel já está a prestar ajuda médica às vítimas do conflito sírio, e que o Primeiro-ministro já anunciou estar disposto a receber refugiados.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** que começou por saudar a presença da Senhora Embaixadora, cuja presença na comissão, à beira de regressar a Telavive, é uma excelente oportunidade para realizar um balanço da situação no médio oriente, lembrando, ainda, que em 2017, perfizeram 40 anos de relações diplomáticas entre ambos os países. De seguida, deixou três temas: perante um novo quadro e novos atores internacionais, quais as expectativas e se via a Liga Árabe a participar na mais recente iniciativa de paz patrocinada pelos Estados Unidos: na perspectiva de Israel, existe uma verdadeira reorientação política do Hamas ou se se trata de mera cosmética; quanto à liberdade religiosa, e olhando ao teor de um estudo recente da Agência Europeia dos Direitos Fundamentais, parecendo estarmos perante o recrudescimento do sentimento antissemita, como encara a comunidade judaica esta situação.

Respondeu a Senhora **Embaixadora** que Israel não festeja nem exulta conflitos com árabes, limitando-se a defender o seu território e populações em função de ameaças externas. Lembrou que os judeus não podem rezar no santo Sepulcro e que estiveram 19 anos sem poder fazê-lo no local mais sagrado para a sua religião, até ocupar a parte oriental de

Jerusalém onde se encontra o Muro das Lamentações. Sublinhou a convidada que Israel tem vindo desde sempre a participar em inúmeras conferências destinadas a promover a paz, com bom clima aparente, e que acabaram em nada. É fundamental para o processo de paz que as autoridades palestinianas se afirmem enquanto Estado de Direito, disto dependendo o futuro e resultado prático de quaisquer negociações.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Comissão para salientar a complexidade e profundidade das relações entre Portugal e Israel, tendo lembrado que, ainda antes da democracia, Portugal havia já desempenhado papel fundamental no *Yom Kippur*. E quis expressamente assinalar a distinção com que o Corpo Diplomático acreditado em Lisboa sempre apreciou o trabalho desenvolvido pela Senhora Embaixadora, de quem se despediu, desejando-lhe, pessoal e institucionalmente, as maiores felicidades.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião pelas treze horas e quinze minutos.

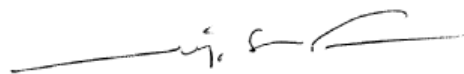
A presente reunião possui registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20170510\\_1\\_OR.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170510_1_OR.mp3)

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20170510.2.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170510.2.mp3)

Palácio de S. Bento, 10 de maio de 2017

**O Presidente da Comissão,**



**(Sérgio Sousa Pinto)**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Carlos Alberto Gonçalves  
Domicilia Costa  
Filipe Lobo D' Ávila  
Gabriela Canavilhas  
Isabel Santos  
Joana Lima  
José Cesário  
Nuno Magalhães  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Ricardo Baptista Leite  
Rui Silva  
Sérgio Sousa Pinto  
Carla Sousa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
João Oliveira  
Paula Teixeira da Cruz  
Porfírio Silva  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves  
Lara Martinho

---

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 13/09/2017.**